

CARTA DAS ORGANIZAÇÕES DE PESCADORES E PESCADORAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

“PLANEJAMENTO ESPACIAL MARINHO”

As entidades abaixo assinadas, após reunião na Colônia de Pescadores Z 08 do Cabo–Pernambuco, debateram temáticas atuais e importantes para a pesca artesanal e resolveram, por unanimidade, questionar e colaborar com o debate do Planejamento Espacial Marinho – PEM no Brasil, para isso convidaram a pesquisadora Beatriz Mesquita da FUNDAJ organização que a anos vem contribuição com as atividades da pesca artesanal para ajudar no entendimento sobre a PEM na Região Nordeste.

Entendemos que a utilização dos mares e oceano é crescente em todo o mundo e que novos usos surgem com o avanço da ciência e tecnologia, crescimento populacional e modo de vida atual. A chamada “economia azul”, considerada a nova fronteira de crescimento econômico, precisa ser avaliada.

Os mares e oceano são ambientes ocupados historicamente pelos pescadores e pescadoras artesanais, que nele sustentam um modo de vida sustentável, alimentando boa parte da sociedade. Somos 2 milhões de pessoas no Brasil que diretamente mantém uma relação de sobrevivência e cuidado com os ecossistemas marinhos.

Enxergamos que a proposta de Planejamento Espacial Marinho, atualmente discutida e anunciada em Pernambuco durante reunião realizada na UFPE no dia 17/06/2025 é importante. Porém, a comunicação direcionada a Federação dos Pescadores do Estado de Pernambuco, foi encaminhando no dia anterior a realização da atividade, considerando a tecnologia de comunicação existente hoje, que essas comunicações, sejam feitas com antecedências. Diversos questionamentos e dúvidas surgem a partir do que tem sido comunicado sobre o Projeto.

Gostaríamos de informar que os pescadores não foram consultados até o presente momento em Pernambuco; Gostaríamos de manifestar nossa profunda indignação pelo fato de não termos sido envolvidos na elaboração do edital e na decisão de criar um instrumento de planejamento tão importante, especialmente considerando os princípios estabelecidos pela Convenção 169 da OIT. Essa convenção reconhece a importância da participação e consulta prévia das comunidades originárias e tradicionais nos processos que afetam suas vidas e territórios.

É inadmissível que pesquisadores, por mais capacitados que sejam, tenham conduzido esse processo sem consultar ou envolver as organizações de pescadores e comunidades costeiras, que detêm um conhecimento ancestral e profundo sobre navegação tradicional e pontos essenciais para a pesca, muitos dos quais ainda não foram georreferenciados. Essa falta de diálogo viola claramente os princípios de

Colônia dos Pescadores Z 08 do Cabo

Av. Beira Mar, 58, Praia de Gaibu, Cabo de Santo Agostinho/PE, CEP 54.505-000

participação e consulta previstos na Convenção 169, que garantem o direito das comunidades de serem ouvidas e de participarem ativamente das decisões que impactam seus modos de vida.

Exigimos que esse processo seja revisitado, com a devida participação das organizações de pescadores e comunidades afetadas, garantindo o respeito aos direitos previstos na Convenção 169 da OIT. Nosso movimento organizado está pronto para contribuir e assegurar que suas vozes sejam ouvidas e consideradas.

Questionamos a elaboração de um Caderno da Pesca Artesanal sem participação e baseado em dados secundários, mesmo que as consultam sigam no futuro, as decisões iniciais podem comprometer o processo.

Também pedimos que exista uma comunicação clara sobre o processo que está em curso. Já recebemos informações diferentes por diferentes atores da academia. Sabemos que o mundo todo está discutindo a economia azul, PEM e outras temáticas que nos envolvem diretamente, mas não visualizamos esforços do governo federal e mesmo do governo de Pernambuco em buscar nosso conhecimento e nossa posição sobre o que nos envolve.

A Cúpula dos Oceanos – UNOC, realizada em julho de 2025 na França discutiu todas essas questões e serviu como mais um aviso sobre o que se passa no nosso país: o avanço da economia azul, a poluição por plásticos e acidificação dos oceanos. Novos desafios para a pesca artesanal, mas que vêm nos preocupando.

Assim, pedimos atenção e exigimos participação no processo do PEM em Pernambuco.

Cabo de Santo Agostinho, 21 de agosto de 2025.

2. Colônia dos Pescadores Z 08 do Cabo;
3. Colônia dos Pescadores Z 07 do Rio Formoso;
4. Colônia dos Pescadores Z 06 de Sirinhaém;
5. Colônia dos Pescadores Z 05 de Tamandaré;
6. Colônia dos Pescadores Z 09 do Cabo;
7. Colônia dos Pescadores Z 12 de Ipojuca;
8. Colônia dos Pescadores Z 22 dos Barreiros;
9. Colônia dos Pescadores Z 54 de Gameleira;
10. Colônia dos Pescadores Z 10 de Itapissuma
11. Colônia dos Pescadores Z 11 da Ilha de Itamaracá
12. Colônia dos Pescadores Z 14 de Goiana
13. Associação das Marisqueiras/os, Pescadores/as de São Lourenço;
14. Associação das Pescadoras e Pescadores de Tejucupapo;
15. Associação das Pescadoras e Pescadores da Praia de Carne de Vaca;

Colônia dos Pescadores Z 08 do Cabo

Av. Beira Mar, 58, Praia de Gaibu, Cabo de Santo Agostinho/PE, CEP 54.505-000

16. Associação de Pescadoras Artesanais Mangue Mulher de Maracaípe;
17. Associação
18. Associação Mãe dos Extrativista da Resex Acau Goiana;
19. Associação das Mulheres Pescadoras Artesanais de São J. da C. Grande;
20. Ação comunitária Caranguejo-uçá – Ilha de Deus;
21. Federação dos Pescadores do Estado de Pernambuco – FEPEPE;
22. Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Pernambuco;
23. Articulação Nacional das Pescadoras – ANP;
24. Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras – Nordeste 2.